

AJ02473

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

Arte & Lazer

Caderno Dois

A GAZETA — VITÓRIA (ES), SEGUNDA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 1981

EDUCAÇÃO

O "currículo oculto" nos livros adotados em escolas de 1º e 2º graus

Clara Lemos

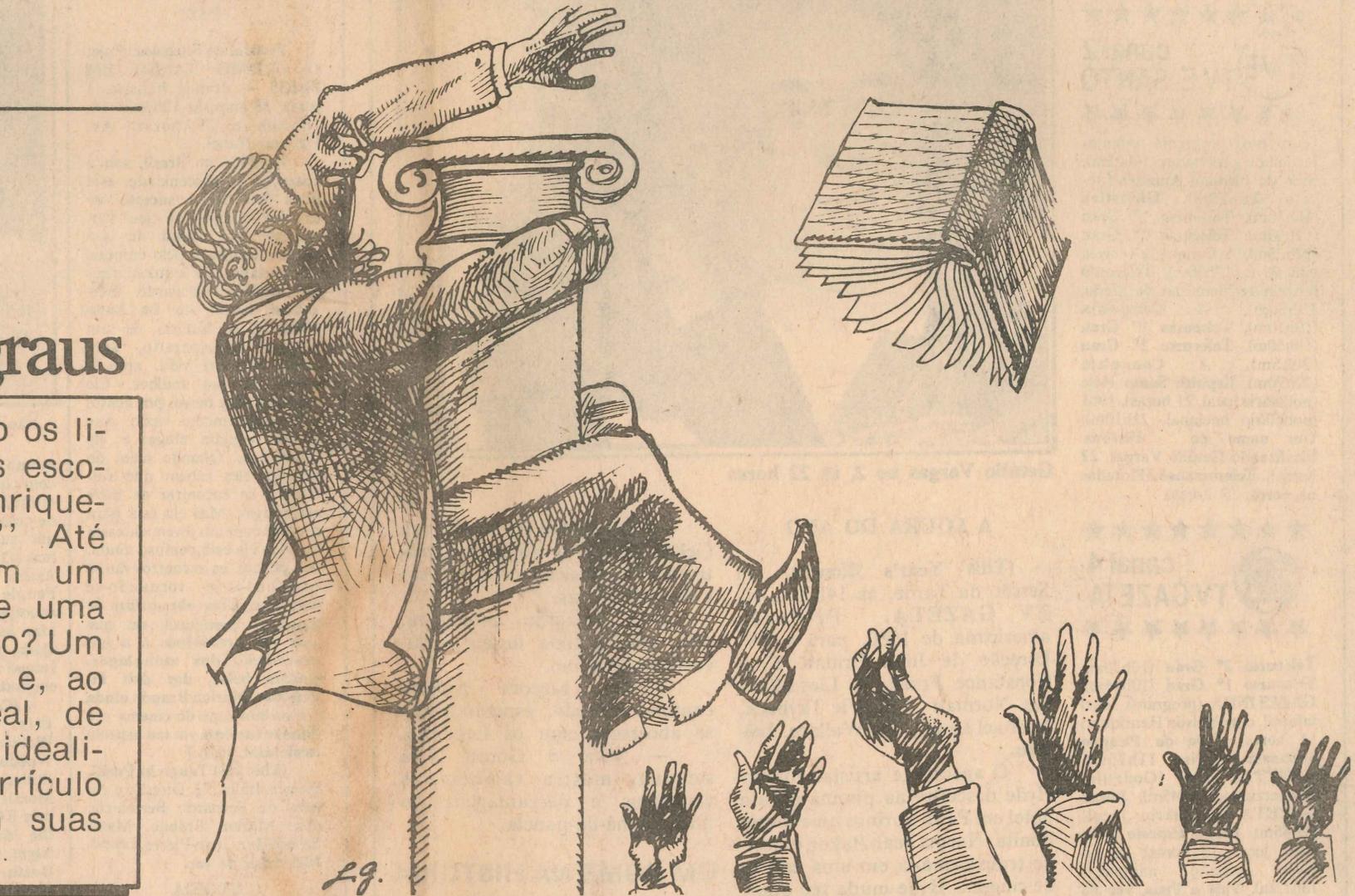
Segundo a Lei 5692/71, o objetivo da educação é "proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania". O ensino de 1º grau, especialmente, "destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos". E o ensino de 2º grau, "à formação integral do adolescente", com ênfase à habilitação profissional".

Com esta finalidade, os livros didáticos e literários são adotados nas escolas, visando sempre a formação e a informação das crianças e adolescentes. No Colégio Salesiano, por exemplo, a obra literária que está sendo indicada, atualmente, para o 2º grau é *Pollyanna*, de Eleanor H. Porter, porque, como diz o professor Francisco Carlos Peixoto, que consegue reunir as disciplinas de Português, Literatura, Educação Artística e Ensino Religioso — Orientação Para a Vida — ela traz uma bonita mensagem de otimismo. Para ele, *Pollyanna* pode ser mediadora para uma filosofia de vida do indivíduo na nossa sociedade, numa época de tantos conflitos em que temos de

Até que ponto os livros indicados nas escolas levam ao "enriquecimento pessoal?" Até que ponto trazem um conteúdo neutro e uma visão real do mundo? Um mundo imaginário e, ao mesmo tempo, real, de estereotipação e idealização... que currículo estaria oculto em suas mensagens?

tura, sua arte, seus costumes, seu desenvolvimento, sua política, além de criar nele uma consciência patriótica e humanística".

Para Maria Nader Simões, professora de Prática de Ensino em Português para o 2º grau, os objetivos prescritos principalmente para o ensino da literatura nacional, pela lei 5692, "buscam desenvolver a capacidade de observação, de reflexão, de julgamento, de análise e de crítica, um aprimoramento da expressão escrita e oral, além de conscientizar o aluno dos diferentes estilos de época e levá-lo a analisar dentro do contexto, a situação política, religiosa e social de cada época. Assim, dá-se uma visão geral da realidade brasileira



Hélcio Leão: "Não se espera nunca que o professor seja tendencioso, para não fazer a cabeça das crianças".



Deny Gomes: "Não posso entender que uma obra fascista, reacionária e preconceituosa possa ser uma boa obra literária".

ideologia mostrada nos textos de leitura não são "belas mentiras" ou "verdades que mentem".

— A escola, o livro didático, transmitem "suas verdades" e as inculcam no sujeito, transformando-o em efeito ideológico de sujeito. A ideologia em si não é uma bela mentira. É a própria vida do homem, sua maneira de viver, de perceber a vida, de agir, pensar, sentir, de se relacionar, de marcar o que é certo e o que é errado, o permitido e o proibido, de colocar as diferenças como naturais, conceitos, valores, normas, embora todos determinados pela ideologia dominante. É real, material e eficaz. Não existem objetivos que não são atingidos, ou são

é justificada pelo fato de não se

possível, porque a persona-

dos conflitos em que temos de ser fortes para vencer os obstáculos que nos estão diante. A obra é bem indicada para os adolescentes, que precisam de impulsos positivos para sua formação. **Pollyanna** é uma força para eles. Além disso, tem boa qualidade literária e pode ser explorada quanto à sua estrutura”.

— O livro obedece ao critério do Colégio de poder ser explorado num trabalho integrado entre todos os professores de disciplinas afins: “Em Português, comenta-se o conteúdo literário e em Literatura a estrutura da obra. A mensagem, que também pode ser abordada através de atividades artísticas, é sobressaltada em *Orientação Para a Vida*, sempre relacionada com o Evangelho e com os dias atuais. Aproveitando as lições de vida trazidas pelos livros, o aluno verifica o que é certo e o que é errado, para que possa agir corretamente. Isto é: em caso de dúvida, de hesitação, a mensagem vai levá-lo a se conscientizar de suas próprias ações”, explica o professor.

Um outro requisito é preenchido por **Pollyanna**: a aceitação dos alunos, que, segundo o professor Francisco Carlos, “são mais receptíveis aos livros que têm uma linguagem mais acessível, que exigem menos raciocínio, reflexão, e que sejam mais reais do que de ficção. José de Alencar e Machado de Assis, por exemplo, não trazem muita motivação entre eles, porque exigem um pouco mais”. Para o professor, “infelizmente, os nossos adolescentes não gostam de ler e precisam ser muito incentivados para a leitura. Cabe a nós valorizar mais a obra e levar o aluno a se interessar pela leitura, e não apenas a ler por obrigação, sob coação”.

OBJETIVOS

Na Universidade, nos cursos que preparam professores de 1º e 2º graus, a orientação que é dada para a escolha de livros didáticos e literários, segundo o professor Hélcio Leão, da disciplina de Prática de Ensino em Português, para o 1º grau, “visa a faixa etária, observando certamente seus interesses próprios, ao nível social e cultural dos alunos, à região, etc. Objetiva também oferecer ao estudante a possibilidade de conhecer a cultura do seu povo e de outros povos, sua litera-

de cada época. Assim, dá-se uma visão geral da realidade brasileira até à atualidade fazendo o aluno chegar às suas próprias conclusões”. “Não é que nossos alunos não gostem de ler, como muitos afirmam, mas porque lhes falta orientação. Em geral, o professor se preocupa em atender ao programa do Vestibular, não exigindo outras leituras que ajudariam na sua formação psíquico-espiritual e no seu desenvolvimento cultural”.

CENSURA

Independente das exigências da lei 5692, não existe censura prévia quanto à indicação dos livros por parte dos professores e da própria escola.

— Isso é mais uma questão de bom senso. Deve-se, sobretudo, como já disse, obedecer à faixa etária. Não se espera nunca que o professor seja tendencioso e não faça abordagens de sectarismo religioso ou político, para não fazer a cabeça das crianças. Ele deve ser, isto sim, abrangente, para que o próprio aluno possa fazer sua opção — diz o professor Hélcio Leão.

Segundo o padre Duile de Assis Castro, supervisor de Educação do Colégio Salesiano, “não se trata propriamente de uma censura, mas de uma seleção, por causa do objetivo primordial do Colégio, que é a formação do aluno. Porque o livro vai atingir também sua família. Não há uma discriminação precisa contra obras e escritores. Vai depender da mensagem formativa e informativa que eles trouxerem. A mensagem é aberta para qualquer tipo de valores.

O padre diz que se a obra tem alguma conotação política, poderá ser recomendada e a sua mensagem política será explorada. “Dessa forma, o aluno tem a oportunidade de questionar e se posicionar. Não temos a pretensão de definir nada para o aluno, mas lhe dar elementos para que ele cresça, salientando valores que consideramos recomendáveis para sua formação. O que consideramos desvalores são, naturalmente, excluídos. Para que falar em pessimismo, em posição política única, em mentira, em injustiça, se não vão levar ao enriquecimento pessoal do aluno? Até os 16 anos, o jovem ainda está em formação e a preocupação da escola em selecionar os seus livros

é justificada pelo fato de não se impingir ao aluno determinadas posições. Os livros são escolhidos no sentido de abertura e não de determinação, em qualquer campo. A nossa preocupação visa também a participação da família na educação do seu filho, na medida em que vai ler e discutir com ele”.

Para o professor Francisco Carlos, “a censura vem dos próprios pais, que, muitas vezes interferem na escolha dos livros e proíbem a leitura que consideram, principalmente, imoral e inadequada para a faixa de idade do seu filho. Jorge Amado, por exemplo, é um escritor que não é bem aceito pelos pais de alunos de 1º grau. Um colégio religioso e com alunos cujos pais são de diferentes tendências — tanto religiosas quanto políticas — deve evitar a adoção de livros que possam causar conflitos”.

Deny Gomes, professora de Teoria da Literatura do curso de Letras da Ufes, considera que o que norteia o trabalho de orientação aos professores que estão se formando é a qualidade literária do texto a ser indicado: “Só que vínculo qualidade e ideologia. Não posso entender que uma obra fascista, reacionária e preconceituosa possa ser uma boa obra literária. Não há a possibilidade de dissociar a opção política da opção estética. Toda boa obra literária encerra uma crítica à sociedade. Compete ao professor despertar no aluno a reflexão a respeito daquela visão crítica para que ele possa criar o seu próprio quadro de valores. Então, a literatura deixa de ser só opção de lazer e passa a ser um tipo de conhecimento profundo e gratificante da realidade”.

Ela acrescenta que “por não possuírem uma formação específica na Universidade para ensinar literatura infanto-juvenil, o que acontece é que, na prática, os professores são levados pelo trabalho de divulgação das editoras, sem questionar a qualidade da obra que adotam para seus alunos. Muitas vezes, são adotados livros pessimamente traduzidos, com temas inatuais, passando para a criança ou o adolescente uma ideologia prejudicial à sua formação. E, outras vezes, quando são recomendados autores brasileiros, a preferência é para os **best-sellers**, para o produto já divulgado no mercado e que fez sucesso numa faixa etária



Pe. Duile de A. Castro: “O objetivo primordial do Salesiano é a formação do aluno, o seu enriquecimento pessoal”.

diferente daquela para o qual é recomendado”.

BELAS MENTIRAS

Em seu livro *As Belas Mentiras*, surgido de uma pesquisa de observações assistemáticas de textos de leitura em alguns livros didáticos adotados nas quatro primeiras séries do 1º Grau nas escolas do Espírito Santo, Maria de Lourdes Chagas D. Nosella, ex-professora de História da Educação da Ufes, diz que “o mundo descrito em tais textos não correspondem ao mundo real. Existe uma defasagem entre o nível imaginário (descrito pelos textos) e o real (vivido pelas crianças”. Ela acrescenta que “tais textos, aparentemente neutros, estão totalmente impregnados de conteúdos ideológicos nos seus mínimos detalhes, como meios de transmissão e inclusão da ideologia dominante.

— Isso é grave e importante quando se trata da postura crítica dos receptores destas mensagens ideológicas, num período de 7 a 10 anos aproximadamente. Isso se torna particularmente relevante pelo fato de se constituir em um período intenso de desenvolvimento psicológico (nos aspectos cognitivos e afetivos, bem como as dimensões individual e social, isto é, interindividual). Ao transmitir conteúdos ideológicos através dos textos de leitura, a educação molda a personalidade das crianças a partir desta determinada postura ideológica dominante. Isto é

possível, porque a personalidade se desenvolve através da sucessão e articulação de uma série de estruturas, que se armam a partir da interação e comunicação entre o eu (conjunto de funções e potencialidades psíquicas) e o mundo (conjunto de pessoas e objetos) que o rodeia. Maria de Lourdes diz que através da interação entre o eu e o mundo este último integrará a estruturação da personalidade. As crianças, submetidas à maciça inculcação da ideologia dominante, não irão apenas aprender esta ideologia, mas terão toda a sua estrutura de pensamento por ela impregnada. E tudo isso se passa numa idade em que as crianças não possuem ainda discernimento para poderem adotar ou não tal ideologia, segundo suas opções pessoais, tendo seus valores, seus conceitos e sua visão de mundo determinados totalmente por ela.

Segundo ainda a autora, “todos os textos, no que diz respeito ao conteúdo, não só se parecem como chegam a ser repetidos sem qualquer modificação nos diferentes livros, que se tornam extraordinariamente semelhantes, nos temas abordados, no enfoque, nas características analisadas, nas ilustrações e, o que é mais importante, nos juízos de valor.

Nos 11 temas abordados no seu livro — a família, a escola, a religião, a pátria, o ambiente, o trabalho, os ricos e os pobres, as virtudes, as “explicações científicas”, o índio, as capas e as ilustrações — ela mostra, utilizando trechos de leitura, o “currículo oculto” que é passado para a criança, visando adaptá-la e conformá-la à ideologia dominante. E finaliza: “Espera-se que esta pesquisa possa auxiliar aos professores de Português numa leitura crítica dos textos de leitura, que são os instrumentos de trabalho básicos das suas aulas, na área de Comunicação e Expressão”.

SEM MENTIRAS

A psicóloga Regina Duarte Benevides de Barros, em sua tese intitulada *Uma Contribuição ao Estudo do Livro Didático Infantil*, apontando também o livro didático como “instrumento de exercício de um poder que se justifica e escamoteia num discurso científico em si e mostrando como, em termos de Brasil, ele serve a justificativas sociais mais amplas”, diz, entretanto, que a

vos que não são atingidos, ou são “mal atingidos”, não existem mentiras. Do ponto de vista da escola, seus objetivos são plenamente alcançados — e sem enganos, sem mentiras, diz ela.

Regina faz questão de salientar que o seu trabalho não pretendeu criticar o livro didático em si como responsável pela deformação ideológica. “Ele é um dos instrumentos utilizados pela classe burguesa para fazer perpetuar a exploração-submissão do sujeito. Desvendar o ideológico que existe por trás da utilização do livro didático, do seu próprio conteúdo, é mostrar não sua inutilidade ou mesmo sua pouca validade, mas outra de suas faces”. O processo de alfabetização que frequentemente utiliza o livro didático, segundo a psicóloga, introduz o sujeito no código linguístico burguês, esquematiza-o pela escrita, inculca a ideologia burguesa, perpetuando os lugares e os agentes de uma formação social dada. Pode parecer que a alternativa de não utilização do livro didático no processo de alfabetização resolveria a questão. Mas não. A modificação seria apenas aparente. O discurso da ‘língua oficial’, da ‘língua burguesa’ continuará existindo e sendo transmitido — imposto ao sujeito. Em nada se modificaria a situação de inculcação — submissão — opressão”.

Não se trata também, diz Regina “de negar as aquisições da Psicologia ou da Pedagogia, e sua importante contribuição na compreensão do homem, da criança, mas de mostrar o que seu discurso encobre. Não é negar os avanços tecnológicos dos estudos gráficos ou a preocupação em modernizar a programação visual que melhor chegaria à criança. Mas mostrar que a criança, antes de tudo, não existe. Existem crianças sendo determinadas por condições sociais diferentes, criando oportunidades diferentes de acesso à escola. E além disso, apona para o que as preocupações estão escondendo no contexto socio-econômico-político em que aparecem.

— Acreditamos que o sujeito, submetido que está às regras da cultura dominante, não as aceita plena e passivamente. Ele encontra brechas para resistir à inculcação. Ele sofre-resiste. É nessa luta que acreditamos poder fazer nosso trabalho. Descobrimos, nas resistências os gritos do sujeito.